

Sindicato participa de manifestação contra as reformas, em Brasília

Júlio César Costa



As centrais sindicais, incluindo a ACUT, exigiram na tarde do último dia 24 a suspensão das reformas trabalhista e da Previdência Social, durante manifestação denominada Ocupa Brasília, na Esplanada dos Ministérios, que reuniu mais de 150 mil trabalhadores; entre eles, sete diretores do Sindicato e um assessor. A marcha dos trabalhadores, que saiu do estádio Mané Garrincha em direção ao Congresso Nacional, foi duramente reprimida pela polícia militar, que não economizou bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetete.

A tramitação das duas reformas no Congresso Nacional foi suspensa por seus relatores, no último dia 18, menos de 24h depois do 'vazamento' de conversas gravadas por um dos donos do grupo J&F, proprietário do frigorífico JBS, Joesley Batista, com o presidente da República, Michel Temer. No Senado, no entanto, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Tasso Jereissati (PSDB-CE), no último dia 23, após tumulto, conside-

rou como lido o relatório sobre a reforma trabalhista elaborado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que sugere a aprovação da reforma.

Em nota oficial no último dia 18, o citado senador Ricardo Ferraço, relator da reforma trabalhista em duas comissões (Assuntos Econômicos/CAE e Assuntos Sociais/CAS), diante do quadro atual, considerou a tramitação "secundária". No Senado, a reforma aprovada na Câmara no último dia 26 de abril, como PL 6787/2016, é identificada como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017. Já o relator da reforma da Previdência Social (PEC 287) na Câmara dos Deputados, Arthur Maia (PPS-BA), no mesmo dia 18, disse em Nota à Imprensa que "é hora de arrumar a casa".

Avaliação

Para a presidente do Sindicato, Stela, que participou da manifestação em Brasília ao lado dos diretores Cezar, Daniel, Donizetti, Eduardo, José Carlos e Samuel e do assessor Celso, os trabalhadores deram mais um im-

portante passo na luta contra as reformas trabalhista e da Previdência Social. "No dia 28 de abril, a greve geral deixou claro que os trabalhadores estão mobilizados. Agora, em Brasília, foi dado o recado aos parlamentares". Quanto à crise política, Stela destaca que a saída passa pelo respeito às instituições democráticas.

Crise política

A crise política foi instalada no início da noite do último dia 17, logo após o colunista Lauro Jardim publicar no site do jornal "O Globo" que o presidente da República, Michel Temer, foi gravado em março deste ano por um dos donos do frigorífico JBS, Joesley Batista, em ação conjunta da Polícia Federal com a Procuradoria Geral da República. Dentre outros temas, as conversas sugerem que o presidente da República concorda com a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), preso pela Operação Lava Jato. A gravação, cabe destacar, foi uma das provas apresentadas à Justiça por Joesley Batista para firmar sua delação premiada.

No dia seguinte (18) o ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a abertura de inquérito contra o presidente da República com base na delação dos donos do frigorífico JBS e da citada gravação ocorrida no Palácio do Jaburu, em Brasília. No mesmo dia 18 o ministro Fachin decidiu também derrubar o sigilo do áudio de 38 minutos, e o presidente da República, em pronunciamento à nação, afirmou que não renunciaria; dois dias depois (20), repetiu a afirmação em novo pronunciamento.

No último dia 19, o STF liberou os vídeos das delações dos donos do JBS, que disparam acusações contra políticos e partidos que comandaram e comandam o país nas últimas décadas, versando sobre propinas. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em seu pedido de abertura de inquérito contra o presidente da República, no STF, vê indícios dos crimes de obstrução de Justiça, corrupção e organização criminosa.

Geve geral: Caixa concorda negociar desconto

A Caixa Federal concordou em abrir negociação sobre o desconto do dia da greve geral (28 de abril) e seus reflexos funcionais, durante mesa permanente com os sindicatos, no último dia 25 em Brasília. A decisão da Caixa Federal foi anunciada depois que vários sindicatos obtiveram liminares na Justiça suspendendo o desconto. Em Campinas, no último dia 16, o juiz André Luiz Menezes Azevedo Sette, da 12ª Vara da Justiça do Trabalho, concedeu liminar proibindo o desconto, em ação com pedido de tutela de urgência ingressada pelo Sindicato no dia 10 deste mês de maio. Inclusive o juiz André Luiz destaca em sua decisão que a Caixa Federal deve esgotar “as negociações com o sindicato, antes de proceder ao desconto”. A rodada de negociação sobre o desconto ainda não foi marcada.

Outros temas debatidos.

Verticalização: Os sindicatos denunciaram que o processo de verticalização está prejudicando empregados. “O gerente de conta Pessoa Jurídica tem que administrar uma carteira com, no mínimo, 300 clientes qualificados; já o gerente de conta Pessoa Física deve manter carteira com 900 clientes qualificados. O que é absurdo. Além de ser questionável, por contrariar a vocação social do banco, o processo tem resultado em assédio moral por parte de alguns gestores”, avalia o diretor do Sindicato, Carlos Augusto Silva (Pipoca), representante da Federação dos Bancários de SP e MS na mesa.

Funccef: Discutiu-se a incorporação do REB ao novo plano, que se arrasta desde 2006. Segundo a Caixa Federal, a incorporação depende de decisão da Secretaria do Tesouro Nacional. No que se refere à atualização de cotas e pagamentos devidos aos empregados desligados via PDVE, a Caixa Federal esclareceu que a regularização das cotas deverá ocorrer a partir do próximo dia 20 de junho; já os pagamentos dos próximos lotes de resgates, deverá ser regularizado três dias depois, no dia 23.

Leia matéria completa no site do Sindicato. Temas abordados: trabalho aos sábados, RH 184, contratação, Sipon e processos seletivos.

Fenaban nega redução do prazo para apurar denúncia de assédio moral

A Fenaban não aceitou reduzir de 45 para 30 dias o prazo de apuração das denúncias de assédio moral, apresentadas nos canais específicos (Sindicato e Banco) previstos no Protocolo para Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho, durante reunião com os sindicatos no último dia 17. A reivindicação dos trabalhadores bancários foi apresentada na primeira reunião que retomou o debate sobre o Protocolo (cláusula 58º

da Convenção Coletiva de Trabalho), realizada no último dia 14 de março. A Fenaban também negou esboçar as denúncias, apresentar os casos mais recorrentes, e criar critérios de apuração a serem utilizados pelos bancos para determinar se uma denúncia é ou não procedente.

Para o diretor do Sindicato e representante da Federação dos Bancários de SP e MS na reunião, Gustavo Frias, “como se trata de um Pro-

coloco que visa a ‘prevenção’, é necessário que os bancos sejam mais transparentes e mostrem não só a quantidade de denúncias, mas também quais são as principais reclamações dos bancários. Só assim será possível elaborar medidas eficazes, que proporcionem um ambiente de trabalho saudável, livre de assédio moral”. A terceira reunião será realizada em julho próximo. Na pauta, avaliação do Protocolo.

CAMPANHA

Encontros regionais do BB e Caixa Federal em Campinas

A Federação dos Bancários de SP e MS realiza neste sábado (3 de junho), na sede do Sindicato, encontros regionais com os funcionários do Banco do Brasil e empregados da Caixa Federal. Na pauta, debate de propostas e eleição dos delegados ao 28º Congresso do BB e ao 33º Conecef. Os

dois congressos serão realizados entre os dias 30 de junho e 2 de julho deste ano, em São Paulo.

Bancos privados

Entre os dias 6 de 8 de junho próximo serão realizados os encontros nacionais dos bancos privados (Itaú, Bradesco, Santander, Mercantil do

Brasil e China Construction Bank, ex-Bic Banco), em São Paulo. Em debate, pautas específicas.

Financiários: Nesta semana (de 1º a 3 de junho) será realizada a 2ª Conferência Nacional dos Financiários, em São Paulo. A data-base dos financiários é em 1º de junho.

DIREITO

Santander: parcelamento de férias

Os funcionários do Santander, desde de abril último, podem optar pelo parcelamento da devolução do valor do salário adiantado a título de férias. O direito está assegurado na cláusula 18ª do Aditivo à Con-

venção Coletiva de Trabalho 2016/2018 (CCT), que prevê a devolução em três parcelas.

O parcelamento é “restrito às verbas relacionadas ao adiantamento de salário recebido por ocasião das fé-

rias e não considera as verbas como abono pecuniário, 1/3 constitucional de férias, adiantamento do 13º salário nas férias”, conforme estabelece o parágrafo segundo da citada cláusula 18ª do aditivo.

ESPORTE

6º Campeonato de Férias. Inscrição abre dia 1º

O Departamento de Esportes do Sindicato realiza o 6º Campeonato de Férias dos Bancários, modalidade Futebol Soçaite, no próximo mês de julho, no Clube da categoria em Campinas. O prazo de inscrição abre nesta quinta-feira, dia 1º de junho, e se estende até o próximo dia 26. A rodada de abertura será no dia 4 de julho (terça-feira).

Os interessados podem se inscrever via telefone (3731-2688), no Setor de Atendimento, ou por e-mail: atendimento@bancarioscampinas.org.br e esportes@bancarioscampinas.org.br. Cada time pode inscrever, no máximo,



12 atletas; dois deles como convidados (não é permitida a participação de jogador profissional).

Quem pode participar: sindicalizado, dependente, sócio usuário e sócio contribuinte do Clube.

Júlio César Costa

